

# PLATAFORMAS PARA O NOVO CBC

Por Daniel Schenker



Gustavo Dahl, Werner Schunemann, Assunção Hernandes e Tony de Souza durante a realização do 3º CBC, em Porto Alegre

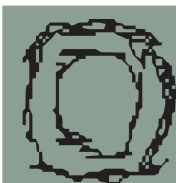
**Seis grupos de trabalho estarão empenhados em avançar nas questões envolvendo distribuição, novas mídias, infraestrutura, políticas públicas, produção e coprodução internacional, direito autoral, entre outros**

de comercialização; a prorrogação da Lei do Audiovisual; a exibição preferencial nas salas do programa Mais Cinema de filmes nacionais, bem como a exibição de curtas-metragens e documentários, com ingresso com valor abaixo do praticado; a utilização do Vale Cultura na exibição somente para filmes nacionais ou de países seguidores do acordo pela diversidade cultural; e a retomada da discussão com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), visando à desburocratização dos sistemas de aprovação e acompanhamento de projetos e prestação de contas".

Integrante do grupo, o cineasta Wolney Oliveira, diretor do Cine Ceará, ressalta a necessidade de não abrir mão das conquistas realizadas ao longo dos anos. "As chegadas de Luís Inácio Lula da Silva e de Gilberto Gil foram fundamentais", diz Oliveira, que detecta como central na atual situação do cinema brasileiro o problema da distribuição. "Trata-se do final da cadeia. Os diretores filmam e não conseguem chegar aos cinemas. É muito triste", aponta Wolney Oliveira, referindo-se ao tópico central do quinto grupo, coordenado por Beto Rodrigues e Marcos Manhães Marins. Presidente da Associação de Produtores e Cineastas do Norte e Nordeste

**Produção e coprodução foca áreas que precisam de maior atenção**

O primeiro diz respeito à produção e coprodução internacional e será coordenado por Edina Fujii e Jorge Moreno, que enumera as principais reivindicações a serem feitas no próximo encontro: "Defenderemos o veto a uso de leis de incentivo em projetos pertencentes à própria empresa financiadora ou a instituições a ela vinculadas; o incentivo por parte das empresas públicas à destinação dos recursos de forma regional equitativa; a criação de banco de roteiros em todos os formatos, promovendo 'pitchings' entre produtores, diretores, distribuidores e roteiristas; a criação de parcerias para elaboração de produtos audiovisuais com ministérios, como o do Turismo e da Educação; o surgimento de um edital específico de documentário de longa-metragem; a feitura com base no valor de mercado (e não de tabela) de contratos de coprodução com empresas de difusão, que viabilizam a mídia



8º Congresso Brasileiro de Cinema conciliará uma reflexão acerca dos últimos dez anos – quando o CBC ressurgiu, em sua terceira edição, reunindo os diversos setores de uma classe cinematográfica traumatizada pelo desmonte da produção durante o período Collor –, com debates que visam ao futuro, a partir do impacto da revolução tecnológica que vem suscitando transformações no modo de viver o cinema. Tendo como presidente de honra o cineasta Nelson Pereira dos Santos, o CBC será dividido em seis grupos de discussão.

(APCNN), Wolney também localiza pontos a serem devidamente aperfeiçoados. "Nós, do Fórum dos Festivais, lutamos pela construção do Fundo de Inovação Audiovisual, que, porém, ainda precisa ter seu funcionamento melhor definido".

**Políticas públicas na mudança de governo**

À frente com Roger Madruga do terceiro grupo, voltado para a área de políticas públicas, Geraldo Veloso traz à tona o hiato entre a proposta autoral de uma parcela da produção nacional e a conquista de público. "Não adianta pensar que se conseguirá R\$ 1 milhão para fazer um filme destinado a um público-alvo específico. Temos que trabalhar com mentalidade de produção. Não é o que faz o diretor autoral. Há filmes que não foram pensados para fazer sucesso e acabaram conseguindo. O fato é que a grande maioria não chega a 50 mil espectadores. Na verdade, poucas são as produções estrangeiras que atingem essa marca", constata.

Para Veloso, os cineastas devem se distanciar cada vez mais do que classifica como uma posição cômoda. "Fomos mal habituados pela Embrafilme. Havia sucessos como "Dona Flor e seus Dois Maridos" (1976) e "A Dama do Lotação" (1978), mas muitos não chegavam ao mercado, apesar da atuação da Embrafilme. Os diretores cuidavam do lado artístico e deixavam a parte chata de lado. Hoje existe o desejo de que o Estado seja o grande provedor. Mas ele não tem condições físicas e materiais de lidar com toda essa demanda. Devemos mudar a relação com o dinheiro estatal", afirma Veloso. Não faltam medidas a serem tomadas. "Quero otimizar os recursos já existentes e ampliar de modo mais agressivo nossa ação no mercado internacional. Temos que convencer o mercado de capitais de que é importante investir em cinema", aposta.

Geraldo Moraes, que também integrará



Celso Frateschi, XXXXXXXX, Toni Venturi e Maria Clara Fernandez durante debate no 3º CBC, em Porto Alegre

o grupo de políticas públicas, não camufla seu olhar otimista em relação ao contexto de hoje. "O Brasil transitou, nos últimos tempos, por mutações no que se refere à retomada do exercício da cidadania. Passamos da fase porta de fábrica, em que batíamos no governo com gritos e ameaças, para sentar no gabinete e discutir propostas. Vejo agora uma tarefa de refundação do cinema brasileiro sob a bandeira do audiovisual. Testemunhamos um crescimento das alternativas de produção e difusão. Há filmes exibidos em festivais, salas reabertas, circuitos regionais. São formigueiros que passam a se relacionar entre si. A revolução tecnológica é fundamental. Não podemos esquecer as políticas de fomento executadas pelo governo federal. As manifestações populares cresceram enormemente", enumera Moraes, que aproveita para ressaltar a necessidade de não se repetir erros do passado. "Não podemos depender da mudança de governo, a julgar pelas consequências que sofremos no período Collor com o fim da Embrafilme".

Cícero Aragon destaca a importância da gestão da Ancine pelo Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic) e, nesse momento, foca a discussão na relação com o poder público. "Não dá para entender o crescimento do cinema brasileiro somente na relação com o poder

público. Queremos discutir até que ponto a sociedade civil colaborou para definir as políticas públicas que estão em andamento", relata Aragon, que aponta para mudanças determinantes. "Não é mais possível financiar tão somente a produção de um filme. Cabe também alavancar o surgimento de empresas produtoras, distribuidoras, exibidoras. Precisamos atingir o público. Devemos financiar o acesso das diversas mídias ao conteúdo audiovisual brasileiro, perceber o audiovisual como multiplataforma e não mais como algo que se encerra na sala de cinema. Com a digitalização do parque exibidor, não dependeremos mais do critério que determina a permanência de um filme em cartaz: se não for bem no primeiro final de semana, é rapidamente retirado", assinala.

**Novas mídias têm longo desafio pela frente**

No quarto grupo, dedicado às novas mídias, Chico Faganello elaborou (com Sabrina Nudeliman e José Augusto de Blasiis) um texto no qual lança uma série de tópicos. "Propomos o estímulo à preparação para plataformas móveis e de internet nos projetos apresentados para mecanismos de fomento público; a criação de mecanismos de fomento via renúncia fiscal para projetos especifi-



Tatiana Sager

Gustavo Dahl e João Batista de Andrade, em mesa de debate durante o 3º CBC

cos que priorizem criação e distribuição para novas mídias e de um circuito nacional de difusão de filmes conectado por essas mídias, que possa contribuir para ações de formação de público; a isenção da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) para empresas pioneiras, nos cinco primeiros anos de atuação nesse setor, como parte de uma política industrial; a aplicação às novas mídias da legislação de direitos autorais.

Mais ainda: o apoio do governo, incluindo ações no que se refere à isenção de impostos, ao desenvolvimento e acesso de tecnologias de produção e difusão de conteúdo audiovisual; o combate à pirataria através da ampliação da difusão dos produtos audiovisuais e da redução dos custos de toda a cadeia produtiva; a inserção, por parte do governo, de políticas de promoção do audiovisual nacional no mercado internacional via mídias digitais; e a promoção de cursos e de outras atividades que possam preparar os envolvidos com o setor sobre esse novo mercado e a sua gestão, bem como a inclusão, no currículo acadêmico das universidades, de disciplinas específicas para novas mídias.

Faganello confia nas mudanças favoráveis que as novas mídias trarão para a ainda problemática estrutura cinematográfica brasileira. "Elas podem ajudar em termos de

distribuição e produção", garante. Mas, de acordo com ele, é preciso ter cuidado para não considerá-las como fórmulas. "Muitas pessoas pensam que as novas mídias vão resolver nossos problemas. Não é tão simples. O Brasil pode se tornar líder no setor, caso perceba que elas não substituem as mídias pré-existentes. Precisamos de infraestrutura adequada em termos de internet e telefonia. É fácil fazer um filme com o celular. Entretanto, não é assim que funciona na indústria", previne.

#### Direito autoral e memória

O sexto grupo discorrerá sobre as searas do direito autoral e dos direitos do público. À frente da discussão, Antonio Leal (com Ana Paul) chama atenção para a importância de contabilizar o chamado circuito alternativo, formado, entre outras iniciativas, por festivais e cineclubes. "Representa um contingente relevante para o cinema brasileiro. É fundamental considerá-lo. Alguns filmes fazem público significativo nos festivais por onde circulam, cerca de 3 milhões de espectadores por ano. Alteraríamos os veredictos de sucesso ou fracasso, mas a Ancine ainda não leva em conta esses critérios", destaca Leal, lembrando o surgimento crescente de festivais portadores de recortes específicos (dedicados a filmes

etnográficos, futebolísticos, etc.).

Já o aumento na quantidade de festivais destituídos de recorte é um ponto polêmico. Muitos afirmam que não são realizados a cada ano tantos bons filmes para justificar a quantidade de festivais que visam a fornecer um panorama da produção cinematográfica brasileira do momento. "Esperamos que os filmes respondam qualitativamente ao fortalecimento dos festivais. Caso isso não aconteça, os festivais expressarão o nível da produção", responde. Em todo caso, Antonio Leal procura se concentrar nos pontos emergenciais a serem levantados no próximo CBC. "Em março de 2009, o Ministério da Cultura publicou novo texto para reforma da Lei Rouanet, onde não contemplava fundo específico para o cinema cultural. Em janeiro de 2010, o Ministério da Cultura anunciou o fundo setorial de incentivo à produção audiovisual. Agora, vamos compor comitês gestores para esses fundos", revela.

O segundo grupo que integrará o CBC será voltado para os campos de crítica, pesquisa e preservação do cinema brasileiro. Terá à frente Guigo Pádua e Myrna Silveira Brandão, que, capitaneando o Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro (CPCB), vem realizando incontestável trabalho de resgate de produções emblemáticas à beira do desaparecimento.